

# Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

# Praia Vermelha

ISSN 1414-9184  
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

## DOSSIÊ

Políticas de Ações Afirmativas:  
experiências e desafios

**v.30 n.1**

Jan-Jun/2020

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



# Praia Vermelha

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA  
Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
Denise Maria Guimarães Freire

## ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA  
Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA  
Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
Mavi Pacheco Rodrigues

## REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE  
Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORES ASSOCIADOS  
Cleusa dos Santos UFRJ  
Paula Ferreira Poncioni UFRJ

EDITORES AD HOC V.30 N.1  
Kátia Sento Sé Mello UFRJ  
Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORES TÉCNICOS  
Fábio Marinho  
Jessica Cirrota

REVISÃO  
Andréa Garcia Tippi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO  
Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL  
Angela Santana do Amaral UFPE  
Antônio Carlos Mazzeo USP  
Arthur Trindade Maranhão Costa UNB  
Christina Vital da Cunha UFF  
Clarice Ehlers Peixoto UERJ  
Elenise Faria Scherer UFAM  
Ivanete Boschetti UFRJ  
Jean François Yves Deluchey UFPA  
Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ  
Marcos César Alvarez USP  
Maria Cristina Soares Paniago UFAL  
Maria Helena Rauta Ramos UFRJ  
Maria das Dores Campos Machado UFRJ  
Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ  
Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ  
Ranieri Carli de Oliveira UFF  
Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO  
Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS  
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA  
Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Lois Mailou Jones (1905-1998)  
*Heritage*, 1936.

Publicação indexada em:  
[IBICT](#)  
[Base Minerva UFRJ](#)  
[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ  
Av. Pasteur, 250/fundos  
CEP 22.290-240  
Rio de Janeiro - RJ

[praiavermelha.ess.ufrj.br](http://praiavermelha.ess.ufrj.br)

[@revistapraiavermelha](https://www.instagram.com/revistapraiavermelha)

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral  
ISSN 1414-9184  
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5  
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

# Sumário

	<b>Apresentação</b>	<b>5</b>	
	<i>Patricia Silveira de Farias &amp; Kátia Sento Sé Mello</i>		
<b>DOSSIÊ</b>	<b>Ações Afirmativas como interface dos direitos humanos e sua presença na legislação brasileira</b>	<b>9</b>	
	<i>Marcio Toledo Rodrigues</i>		
	<b>Lutas por Direitos em Campos de Poder: em foco o Conselho Estadual dos Direitos Indígenas-RJ</b>	<b>34</b>	
	<i>Ludmila Maria Moreira Lima</i>		
	<b>Formação militante e ação afirmativa: reflexões sobre a prática e o projeto da Educafro</b>	<b>62</b>	
	<i>Márcia Leitão Pinheiro &amp; Elielma Ayres Machado</i>		
	<b>Trajetória do Ensino Superior Brasileiro: Retrocessos e Desigualdade no Acesso à Educação</b>	<b>88</b>	
	<i>Nino Rafael Medeiros Kruger &amp; Isabela Baptista Alves</i>		
	<b>Ação Afirmativa, Memória e Reconhecimento: Relações Raciais e Experiências Negras nas narrativas do Rap</b>	<b>115</b>	
	<i>Jéssica Hipólito, José Jairo Vieira &amp; Andrea Lopes da Costa Vieira</i>		
<b>TEMAS LIVRES</b>	<b>A condição de classe em debate: reflexões teóricas e históricas</b>	<b>138</b>	
	<i>Thiago Bazi Brandão</i>		
	<b>O sub-registro de nascimento e as ações para sua erradicação na cidade do Rio de Janeiro</b>	<b>163</b>	
	<i>Vinicius Monteiro Oliveira de Souza</i>		
	<b>Trabalho Do(c)ente: a saúde dos professores da educação superior pública</b>	<b>187</b>	 Você está aqui.
	<i>Alzira Mitz Bernardes Guarany</i>		
<b>ENTREVISTA</b>	<b>Mary Garcia Castro</b>	<b>212</b>	
	<i>por Andrea Moraes Alves</i>		



# Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

## Trabalho Do(c)ente: a saúde dos professores da educação superior pública

**Educação**  
**Neoliberalismo**  
**Saúde docente**  
**Gerencialismo**

Este artigo traz uma investigação empírica sobre a saúde docente de uma universidade pública. Busca identificar elementos implicados no sofrimento e adoecimento dos professores a partir da adoção do neoliberalismo no Brasil, do gerencialismo nos espaços públicos com o empresariamento e mercantilização da educação superior. Intensificação do ritmo, precarização das condições e relações de trabalho, competitividade estrutural, entre outros, são citados. Os dados sistematizados aqui apresentados podem ser a ponta de um iceberg, pois podem representar um fenômeno difuso e não individual.

**Alzira Mitz Bernardes Guarany**

Professora Adjunta da ESS/UFRJ e Doutora pela mesma instituição.  
*aguarany@gmail.com*

**Work of lecturers: the health of  
public higher education lecturers**

This article provides an empirical research on the lecturing health at a public university. It seeks to identify elements implicated in the suffering and illness of lectures from the adoption of neoliberalism in Brazil, from managerialism in public spaces with entrepreneurship and commercialization of higher education. Intensification of the pace, precariousness of working conditions and relationships, structural competitiveness are cited, among others. The systematized data presented here may be the tip of an iceberg, as it may represent a diffuse rather than individual phenomenon.

**Education**  
**Neoliberalism**  
**Lecturing health**  
**Managerialism**





## Introdução

O trabalho é considerado ontológico na constituição do ser social (MARX, 2004) a despeito de sua associação com o sofrimento vir desde a antiguidade, contudo esse cenário se agravou a partir da crise estrutural que se abateu sobre o capitalismo ocidental nos anos 70, chegando ao Brasil no final dos anos 80.

As margens de lucro e as possibilidades de expansão do capital se viram diminuídas e ameaçadas, a estratégia neoliberal, amparada pela revolução tecnológica e informacional, se apresentou como capaz de resolver estas e outras questões que ameaçavam a saúde do capital. Baseando-se em premissas como o encolhimento do Estado, a investida contra o trabalho e a reestruturação produtiva provocaram mudanças estruturais em diversas esferas e dimensões da vida social, inclusive na educação superior pública, especialmente com a adoção do gerencialismo como forma de gestão das instituições públicas, afetando a saúde mental e física dos professores desse universo.

De acordo com o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS (2013), em 2012 o segundo maior motivo de pedidos de afastamento do trabalho dos profissionais da educação superior foram Transtornos Mentais e de Comportamento! Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, em 2015 a docência ficou entre as vinte ocupações com maior número de afastamentos e falecimentos em decorrência de doença relacionada ao trabalho. E por fim, a Organização Internacional – OIT – corrobora este quadro ao divulgar que, entre 2012 e 2017, os profissionais do ensino ficaram entre as 100 ocupações com mais afastamentos do trabalho por motivo de doença no mundo.

Independentemente deste cenário, até hoje questões que fujam à dimensão orgânica do processo de adoecimento tiveram, em geral, sua participação secundarizada, seja na literatura de saúde do trabalhador e até no movimento organizado dos docentes. No que se refere aos professores, especialmente da educação superior pública, há muito pouca produção a respeito. Este panorama se agrava também porque, a despeito de sempre ouvirmos pelos corredores das Instituições de Ensino Superior – IES – que muitos sofrem pelo excesso de trabalho, pelo ambiente laboral, pelas exigências de produtividade, identificamos





certa invisibilidade deste processo, pois pouco se formalizam institucionalmente os adoecimentos. Os professores usam outras formas institucionais de afastamentos, como licenças para participação em eventos, congressos, estudos, entre outras. Ou ainda acabam lançando mão de períodos de recesso escolar e férias para se tratarem.

Esta invisibilidade, em certa medida, os protege, mas também dificulta que se publicize a deterioração de sua saúde, e ainda que a relacione com seu trabalho e às mudanças pela quais passaram a área da educação e o ambiente laboral das IES, especialmente as públicas. Dejours (2003) afirma que essa aparente apatia está associada ao discurso economicista e individualista, que pouco estimula a mobilização social e coletiva diante do sofrimento do outro. Neste cenário ocorre a banalização social coletiva, na qual se prega e se espera a resignação de quem sofre e de quem toma conhecimento daquele sofrimento.

A pouca evidência deste panorama dificulta a sistematização de informações e dados, até para pressionar por políticas públicas e/ou institucionais com a finalidade de enfrentar este quadro. Investigar o sofrimento psíquico, bem como a saúde física e mental dos professores desta esfera da educação é urgente. Dar visibilidade a esta realidade é uma forma de, além de cuidar da saúde deste trabalhador, também contribuir para o fortalecimento da luta por uma educação pública de qualidade, pois um professor adoecido ou em sofrimento compromete esta qualidade.

O presente artigo, que é parte de uma pesquisa empírica de caráter qualitativo, propõe uma reflexão sobre como o impacto que as transformações realizadas na educação, em função das necessidades sociometabólicas do capital, repercute na saúde dos professores das instituições de educação pública superior.

O empresariamento e a mercantilização desse nível e esfera da educação promoveram diversas modificações, especialmente a partir da adoção do gerencialismo. Ao adotar a perspectiva financeira, esta passou a ser a métrica das produções e prioridades dos estudos científicos, quando em verdade a educação superior pública deveria ter como norte produzir e socializar conhecimento.

Buscando contribuir para o rompimento da invisibilidade que ainda cerca esse fenômeno, trazemos dados levantados em





um estudo de casos múltiplos com professores de centros/ unidades acadêmicas de uma universidade pública federal, com distintos posicionamentos em relação ao processo de “modernização” da educação superior pública. Realizamos entrevistas semiestruturadas para levantar as histórias de vida no trabalho, uma espécie de história oral (YIN, 2001), com o objetivo de buscar elementos que fossem nomeados pelos docentes como implicados nos seus processos de sofrimento psíquico e adoecimento físico e mental.

Entre os fatores indicados tivemos a intensificação do ritmo de trabalho, a competitividade e outras mudanças realizadas no cotidiano e no processo de trabalho dos professores, presentes até para aqueles que defendiam a nova conjuntura. Contudo o cenário se mostrou mais dramático, pois encontramos também a invisibilidade institucional acerca da situação de saúde dos docentes naquela universidade. Isto levava a uma experiência solitária e mais dolorosa, amplificando o sofrimento que enfrentavam. Como lembra Dejours, “[...] Diante dos constrangimentos do trabalho, todos se encontram, psicologicamente, cada dia mais só [...]” (apud SZNELWAR; LANCMAN, 2004, p. 17).

### **Desenvolvimento**

O capitalismo nos países centrais do Ocidente, no final dos anos 60, depois de praticamente esgotar seu arsenal de estratégias para enfrentar suas crises, passou a apresentar sinais de esgotamento, comprometendo a realização das taxas de lucro em nível global. Articulado a isto e agravando o panorama, havia a emergência de movimentos trabalhistas e sociais, promovidos pela segunda geração de operários-massa, que radicalizavam suas reivindicações pondo em xeque o pacto social vigente até então.

Nesse contexto o neoliberalismo (re)apareceu com potencial de retomar os níveis de crescimento e atender às necessidades sociometabólicas de lucro do capital, tendo como premissa algumas medidas. Entre elas o encolhimento do Estado no atendimento às demandas sociais, o espraiamento do capital para áreas até então secundarizadas, o que reverteu a lógica de oferecimento de serviços, inclusive os sociais, no ataque às garantias e proteção trabalhistas conquistadas até então, além da promoção de uma reestruturação produtiva que alterou





fundamentalmente o trabalho e acabou por transformar, entre outras coisas, os processos de trabalho. Estas ações, junto com outras da esfera política e ideológica, tiveram rebatimento direto na saúde e na vida dos trabalhadores, assim como também aprofundaram as vivências de sofrimento psíquico da população em geral a partir da adoção formal do neoliberalismo.

Adotado em um primeiro momento pelos países capitalistas centrais, ainda que não tenha até hoje cumprido suas metas econômicas (ANDERSON, 1995), o neoliberalismo se espalhou pelo mundo. Mesmo se adequando às particularidades de cada nação, impôs a adoção de ações segundo uma cartilha que punha o capital privado como único capaz de fazer frente às crises econômicas geradas pelo Estado perdulário, e continha, entre outras diretrizes, a privatização de empresas estatais, a financeirização da economia, bem como atacar o Estado intervencionista, inclusive naqueles países nos quais já se tinha, mesmo que ainda timidamente, alguma garantia constitucional de atendimento às demandas sociais (ANTUNES, 2006). A finalidade era a de se adotar estratégias que possibilitassem a manutenção do modo de acumulação capitalista e a expansão de seus ganhos em escala mundial, especialmente empreendendo em áreas até então pouco exploradas. A estratégia neoliberal atacou o trabalho, através da reestruturação produtiva e de um crescente desinvestimento na esfera de produção, elegendo, como arena para a retomada do crescimento econômico e a geração de lucro, o mercado financeiro.

Por se tratar de um país de capitalismo tardio, dependente e periférico, essa crise aportou no Brasil no final dos anos 80, e até hoje vem imputando perdas às classes que vivem do trabalho. Registramos em todos os governos, desde sua adoção formal, o aprofundamento da reestruturação produtiva e da contrarreforma do Estado, assim como uma ofensiva contra o trabalho e contra os mecanismos e políticas de proteção ao trabalhador. Entre as medidas tomadas podemos citar as diversas reformas trabalhistas e previdenciárias que vem aprofundando cada vez mais a relação entre trabalho, sofrimento psíquico, adoecimentos e mortes relacionados ao labor (ANTUNES; PRAUN, 2015).

Apesar de diversas mobilizações internacionais e locais contestando este modelo e o próprio capitalismo pelas desigualdades sociais que produzem, eles ainda não sofreram





abalos estruturais. A busca pela maximização de lucros continua e neste panorama, novas áreas de investimento têm sido procuradas, o que tem provocado a entrada do capital em arenas que até então eram prestadoras de serviços sociais, como a educação, por exemplo.

Nos países capitalistas a educação acumulou um largo histórico de atendimento aos interesses de manutenção e reprodução das classes dominantes e do próprio capital. Na contemporaneidade a valorização do capital tem ficado cada vez mais dependente do conhecimento técnico-científico (SEDI, apud SILVA et al., 2013), fazendo com que a ciência seja valorizada, não mais humanista de científico, mas pelo seu caráter utilitarista, especialmente na educação superior pública.

A partir da adoção formal do neoliberalismo no Brasil, buscou-se a modernização das instituições públicas pela adoção da mesma lógica de gestão da esfera privada, inclusive nas instituições de ensino superior. Chauí (2001, apud AUTOR, 2016) assinala que a educação passou a ser gerida como um negócio assim como outras políticas públicas. Entre as mudanças promovidas por esta lógica do empresariamento, tivemos:

- a diminuição do tempo de produção através do aligeiramento dos cursos de formação e de Pós-Graduação;
- a necessidade de que as produções científicas tivessem valor de troca: pesquisas e cursos, por exemplo, deveriam interessar a agentes econômicos do mercado;
- os pesquisadores deveriam priorizar os custos da execução de seus projetos, bem como a relação custo/benefício, em detrimento do interesse social do estudo;
- e o foco na produtividade, seja através do aumento de formandos, seja no quantitativo de frentes em que os resultados de uma pesquisa podem ser utilizados, ou ainda no número de artigos e trabalhos científicos que o pesquisador publicou, não importando a qualidade das produções.

Este movimento forjou instituições de ensino que Francisco Oliveira (apud CHAUÍ, 2001) chamou de universidade de resultados, com rebatimentos na vida e na saúde dos seus docentes, gerando inclusive uma mudança no perfil dos adoecimentos dos docentes.





Segundo Autor (2014), os adoecimentos antes eram causados pelo uso excessivo e inadequado da voz, pela permanência durante longos períodos em pé, entre outros motivos, contudo a partir da entrada da nova forma de gestão inspirada na esfera privada esse cenário se altera. Autor (2012) afirma que se introduziram no processo de trabalho do professor elementos como se sua produção pudesse e devesse ser medida como se fosse do setor produtivo, desconsiderando as especificidades do trabalho docente, aspecto que é corroborado por Fontes (2017) ao falar sobre a industrialização dos setores que prestam serviços, citando como exemplos a saúde e a educação.

No enfrentamento da crise, passa a ser uma exigência do capital a subordinação direta da ciência à lógica de cariz mercantil, o que provoca uma necessária reconfiguração, que segue as determinações difundidas pelos organismos internacionais, entre eles o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, o Banco Mundial – BM e a Organização Mundial do Comércio – OMC, para citar alguns, que defenderam a assunção de uma formação capaz de colaborar para a construção de uma sociedade que fosse baseada na parceria, no trabalho voluntário e no empreendedorismo social.

O projeto neoliberal para o ensino superior brasileiro, inspirados nos valores acima, se traduziu em:

- políticas públicas, como o PROUNI e o FIES, que apoiaram o crescimento e o fortalecimento das instituições privadas de ensino;
- estímulo à privatização interna das universidades públicas através de cursos de Pós-Graduação pagos; consultorias a empresas; parcerias para financiamento de pesquisas em troca de consultorias, entre outros;
- financiamento da educação superior pública condicionado ao atingimento de metas;
- enfraquecimento da organização político-pedagógica do ensino superior que exigia a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão, permitindo a criação de cursos superiores fora das universidades; além da criação de cursos superiores aligeirados, garantindo a ampliação da certificação;
- intensificação do trabalho docente, majorando o número de alunos por turma, aumentando a quantidade de horas/





aula, e instaurando a lógica produtivista e de competição pelo financiamento público via Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Segundo Chauí (2001), a educação passou a ser um negócio<sup>1</sup>, ou seja, atendeu às necessidades sociometabólicas do capital que estava em crise, tendo o Estado como garantidor, através de todo um aparato jurídico-formal que propiciou este processo de empresariamento e a mercantilização da educação.

Autor (2014) aponta que este contexto acabou por impor às IES públicas a lógica do mercado, na qual passam mais a importar valores utilitaristas em detrimento dos humanistas e científicos, entre os quais podem ser citados:

- a necessidade de que as produções das IES tivessem valor de troca: os “produtos” da educação, como pesquisas e cursos deveriam passar a interessar a agentes econômicos do mercado;
- o imperativo das propostas de estudos de sempre se aterem aos custos de produção e à relação custo/benefício;
- a diminuição do tempo de produção; entre outros.
- Este novo cenário promoveu diversas mudanças de caráter estrutural, entre as quais podemos citar:
- o estímulo à captação de financiamento no mercado, como forma de enfrentar a queda das verbas públicas;
- o aumento de cursos e de alunos a partir do REUNI;
- a criação e o fortalecimento de Fundações e Parcerias Público-Privado para realizar o acesso a verbas e poder garantir atenção mínima às necessidades;
- o déficit na manutenção da infraestrutura dos prédios públicos, que é desigual entre as diversas instituições e as unidades acadêmicas;
- o ataque à carreira docente levando à necessidade de complementação da renda a partir de fomentos e/ou vendas de serviços e projetos;
- assim como a adoção de métricas estabelecidas por atores de fora do contexto acadêmico, que nem sempre respeitam as especificidades das áreas de saber.



Tal panorama produziu uma nova configuração para o papel social da educação e também para o processo de trabalho ali desenvolvido, acarretando consequências nefastas à população em geral, e aos trabalhadores desta área, em particular. A relação do docente com sua atividade laboral, bem como sua qualidade de vida e saúde se deterioraram. Mesmo sendo um fenômeno complexo, podemos dizer que têm grande participação nisso fatores como um novo processo de trabalho, a competição como componente estrutural, a diminuição da autonomia diante de sua atividade laboral, sem falar no estabelecimento de metas, entre outros elementos que necessariamente passaram a vincular o trabalho docente ao sofrimento.

A agenda acadêmica vem a ficar mais por conta do Estado e do mercado, que começam a ditar prazos, metas, investimento, custo e resultados a serem alcançados, promovendo inclusive a competitividade intra e extrainstitucional pelo financiamento público e/ou privado. Esta nova configuração tem como consequência direta uma nova forma de organização do espaço das IES públicas, que transmuta a educação, um direito social a um serviço.

Esse processo de empresariamento e mercantilização da educação tem se apoiado no gerencialismo, que nada mais é do que a adoção na esfera pública de ferramentas de gestão utilizadas nos meios empresariais, o que obviamente contribuiu para deterioração da saúde dos professores, pois nem sempre o trabalho realizado na esfera pública é similar ao realizado na privada.

Os docentes passaram a trabalhar dentro de uma lógica na qual sua atividade laboral deixou de ser uma práxis produtiva e passou a produzir mercadorias como se estivessem no setor produtivo. Os professores passaram a ser submetidos a fatores como tempo, prescrição, controle, mecanização e metas de produtividade que lembram muito mais um ambiente de produção fabril, do que da produção de conhecimento e ciência, que tem diferentes requisições. No espaço acadêmico se produz ciência e conhecimento, que prescindem de criatividade, requerem tempo variável conforme a área do saber, cenário este que não combina com a racionalidade instrumental, mecânica, utilitarista e focada, prioritariamente, na quantidade.



Em função do ataque à carreira, em sua maioria os docentes como forma de complementação de renda buscam participar de editais externos ou de bolsas de produtividade, o que pode levá-los a enfrentar o produtivismo, que muitas das vezes valoriza a quantidade em detrimento da qualidade do conhecimento. Luz (2005) aponta que se analisarmos os artigos publicados em revistas científicas indexadas nas quais são divulgados os resultados produzidos pelas pesquisas, verificaremos que muitas destas publicações têm muitos conteúdos repetidos em artigos dos mesmos autores. O predomínio do produtivismo enquanto métrica de excelência da ciência, sem a preocupação com a sua qualidade, agrava mais ainda o isolamento e a hostilidade entre os pesquisadores e professores, funcionando mais como um fator que potencializa o sofrimento deste trabalhador.

Além de tudo isto, o fato de o trabalho no neoliberalismo ter um cariz mais flexível impõe também aos docentes novos requisitos e perfil polivalente que passaram a ser cobrados para as atividades de ensino, pesquisa, extensão, além de todas aquelas “[...] inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição [...]” (BRASIL, 2012), ou seja, para tantas outras tarefas que viessem a se apresentar.

Começou-se a se exigir que o professor tivesse múltiplas habilidades (AUTOR, 2014), inclusive aquelas que antes caberiam aos técnicos administrativos, mas que acabavam sendo assumidas pelos professores diante da crônica falta daqueles profissionais, tudo isto provocando impactos diretos na saúde física e mental dos docentes.

O novo paradigma de gestão adotado na esfera da educação superior pública é centrado na produtividade e no *quantum*, os quais vão determinar a ascensão na carreira docente e o reconhecimento entre os pares, provocando a intensificação do ritmo de trabalho dos docentes, com efeitos deletérios, vindo a ser mais um fator a impactar negativamente na saúde dos professores. Entretanto, o adoecimento dos docentes do nível superior público é um fenômeno ainda invisível para a instituição e para a comunidade acadêmica. Acreditamos que esta invisibilidade esteja relacionada a alguns fatores, entre os quais podemos citar pelo menos dois: primeiro que quando os professores sentem necessidade de se afastar das atividades



laborais para algum tratamento médico, usam períodos de recesso escolar e/ou políticas institucionais que permitam isto, gerando um grande número de subnotificação; e segundo que onexo causal não é direto, pois segundo Alves citando Lukács (2013), a despeito da “[...] exteriorização da interioridade” ocorrer sobre bases idênticas, quais sejam, as mesmas condições de trabalho e exploração “[...] não significa que as reações subjetivas sejam as mesmas [...]” (ALVES, apud SILVA et al., 2013, p. 43), isto é, nem sempre professores submetidos às mesmas condições adoecem, mesmo que a maioria absoluta deles sofra.

Daí decorre que estabelecer uma relação de causa e efeito entre o sofrimento psíquico, o adoecimento relatado pelos professores do ensino superior público e o trabalho docente não é uma tarefa fácil, pois além de ser um fenômeno complexo no qual estão implicados diversos outros aspectos, tais como elementos individuais, familiares, econômicos e culturais, também estão presentes aqueles referenciados acima.

Buscando romper o silêncio que envolve este fenômeno no coletivo organizado do movimento docente e no âmbito organizacional, além de tentar contribuir com a ampliação do conhecimento acerca do processo de adoecimento dos professores, desde 2013 temos nos debruçado sobre este objeto. Neste artigo apresentamos alguns dados levantados em uma pesquisa de caráter qualitativo, na qual buscamos ouvir professores da maior universidade pública do país, com posicionamentos diferentes diante deste novo cenário da educação pública superior, para saber se as mudanças promovidas haviam provocado algum efeito sobre sua saúde.

Os professores foram escolhidos aleatoriamente a partir de seus endereços eletrônicos nas páginas das unidades constantes na rede mundial, e para entrevistá-los usamos história de vida no trabalho, que é uma espécie de história oral (YIN, 2001), com um roteiro semiestruturado. Foram ouvidos 6 professores, 5 mulheres e 1 homem, o único solteiro; a idade média do grupo era de 45 anos, e já estavam na carreira docente há mais de 5 anos. Todos estavam vinculados a algum programa de pós-graduação.

Para analisar o material usamos a análise de conteúdo que é “[...] um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter [...] indicadores (quantitativos ou não) que permitam a

inferência de conhecimentos [...]. [BARDIM, 1979, apud MINAYO, (1994: p.199)].”

As entrevistas apontaram elementos da rotina e ambiente laborais, implicados pelos entrevistados em seus processos de sofrimento e adoecimento, que acreditamos que possam estar presentes em outros espaços acadêmicos.

### *Infraestrutura e condições de trabalho*

O desinvestimento do Estado na manutenção e modernização dos equipamentos põe em risco as atividades acadêmicas e de pesquisa<sup>2</sup>. Os depoimentos dos professores demonstram que até sua saúde mental é afetada, pois se veem pressionados a suprir esta falta para realizar seus trabalhos: “[...] A sala de trabalho está cheia de mofo, o teto está descascado e eu ainda tive que consertar a parte elétrica... não tenho qualquer prazer em trabalhar em um espaço assim [...]!” (D).

A falta de investimento afeta ainda as relações com a chefia e deteriora a qualidade do ambiente laboral, na medida em que os gestores são pressionados pelos professores para que batalhem por melhorias:

[...] há três anos que a gente está pedindo uma internet que funcione, depois a gente chega na sala para trabalhar não tem, não está funcionando aí, isso tudo vai causando não só um mal-estar como... Vai atrasando o teu trabalho ... [...] (D).

Neste ambiente, o pouco que se tem acaba sendo disputado entre os colegas e as unidades acadêmicas: “[...] vejo vários colegas meus que vão com o projetor até a sala de frente, porque a outra unidade não empresta [...]” (E).

Outro relata:

[...] eu dei aula num curso do REUNI, [...] no subsolo [...] de noite [...] quando eu falo sub, subsolo, era sub, subsolo. [...] foi muito problemático [...] eu falei: eu não quero mais participar desses cursos [...] Não tem sala, não tem secretaria, não tem uma coisa básica [...] (E).

Chauí (2001) afirma que o processo de expansão do acesso das massas ao ensino superior, especialmente ao ensino público, não se preocupou em garantir condições e melhorar a infraestrutura



para que isto se desse, como afirma outro professor: “[...] eu vejo problema no sentido de ter uma expansão sem o devido cuidado, infraestrutura, apoio de servidores e funcionários, [...] para o professor [...]” (E). Todo este cenário tem rebatimentos na saúde mental e até física dos professores.

A carência de infraestrutura aparece como um determinante na relação de sofrimento e prazer relacionada ao trabalho e ainda afeta as outras relações naquele ambiente e isso talvez encontre em Fischer (1994) uma explicação. Este autor afirma que os ambientes comunicam uma mensagem sobre os seus ocupantes,

[...] um espaço conta sempre uma história [...] as degradações dos edifícios [...] identificá-la-emos com outros tantos indícios de uma relação degradada [...] que inscreve no espaço [...] a sua exclusão [...] (FISCHER, 1994, p. 38),

ou seja, a precarização que tem sido imposta às instituições públicas de ensino revela uma relação deteriorada entre o Estado capitalista neoliberal e a educação pública. Em verdade, revela um projeto societário que visa fortalecer o capital privado<sup>3</sup> em todas as esferas da vida pública, inclusive na educação, preocupando-se mais com a realização de lucros, através das IES privadas ou da valorização do capital, a partir das parcerias de algumas unidades acadêmicas com a iniciativa privada<sup>4</sup>, e menos em possibilitar o acesso universal e de qualidade ao nível de ensino público.

Outro aspecto que as reflexões de Fischer (1994) nos suscitam é o lugar social que a educação pública superior ocupa hoje na sociedade brasileira: o projeto neoliberal de desmonte do Estado e de desqualificação da coisa pública respingou tanto na educação superior pública como nos servidores, inclusive os professores. Bosi, 2007; Mancebo et al., 2007; Araújo et al., 2005; Gasparini et al., 2005; Leite et al., 2003 e Carvalho, 1995 apontam para a desvalorização social da imagem da profissão, revelada através da prática de baixos salários, da constante carência de recursos materiais e humanos, além do baixo número de jovens que hoje procura a carreira docente.

Esse desinvestimento crônico e estrutural impacta não só a qualidade do que se produz, mas a saúde de quem produz, no caso dos docentes.





### *Mudança no processo de trabalho docente*

Os três elementos que compõem o processo de trabalho, enquanto categoria marxiana (Marx, 2004), quais sejam: força de trabalho, ferramentas e objeto sob o qual se dá o trabalho – todos sofreram mudanças. Como força de trabalho, o professor, tem-se exigido, entre outras coisas, a polivalência, que dê conta da docência, da pesquisa, da extensão e da gestão<sup>5</sup>, sem qualquer sensibilidade para os anseios do profissional. Temos uns que se identificam mais com a sala de aula, outros que se sobressaem na pesquisa, aqueles que se identificam com as atividades de extensão, bem como os que são excelentes gestores. Contudo no atual contexto, todo professor deve fazer todas estas atividades:

[...] seguindo as normas internacionais, você está exigindo de um profissional de ensino que ele seja polivalente. Ele tem que fazer gestão de alguma coisa, ele tem que ensinar, ele tem que pesquisar. Você não está respeitando de repente algumas propensões que a pessoa tem... você obriga a pessoa a fazer, e a pessoa de repente se sente obrigada a fazer aquilo. E é insuportável... [...] (A).

Sem falar nas atividades administrativas e de representação relacionadas ao trabalho, como organização de eventos: “[...] organizar seminário, trabalho intenso é organizar seminário, [...] vou pegar pessoas no aeroporto [...]” (E).

Paparelli apud Lourenço; Navarro (2010) afirma que o professor tem sido requerido para atividades que sempre estiveram na pauta reivindicatória do movimento docente, como gestão, planejamento e elaboração de projetos, discussão de currículo, processos de avaliação, entre outras, mas hoje isto representa muito mais um maior volume de trabalho e sua intensificação, do que democratização do processo decisório, já que elas não vêm acompanhadas de autonomia e liberdade para aqueles que as executam. Quem está de fora é quem determina o como e o prazo, e não aqueles que as realizam.

Antunes (2006) nos diz que a polivalência do trabalhador é um fenômeno inevitável e que atende à flexibilização e à racionalização dos processos, nos quais tarefas antes executadas por 10 hoje são realizadas por 5:

[...] a gente tem que fazer tudo, tudo. Você vai abrir um processo de viagem, você tem que preencher aquela papelada toda, então a parte





administrativa de tudo relacionado a departamento nós temos um funcionário [...], são mais de 60, são 80 professores eu acho [...] (D).

O segundo elemento do processo de trabalho, as ferramentas, também sofreu transformações. O uso de novas tecnologias passou a fazer parte do cotidiano laboral, como a internet: “[...] o atendimento via internet dos alunos, [...] como um veículo de comunicação para poder estar em contato com eles [...]” (D).

A utilização destas novas tecnologias tanto pode facilitar o trabalho do professor, representando uma nova dimensão pedagógica, novos formatos de ensino e de relações entre o docente e seus alunos, facilitando pesquisas ou agilizando processos, quanto pode provocar sofrimento nele, na medida em que promove a intensificação do ritmo e a extensificação do trabalho do docente, pois não há mais hora nem dia para a realização do trabalho, e isto invade outros espaços da vida do professor: “[...] mandam email três da manhã, duas da manhã, [...] o smartphone tocava a noite toda “pi pi pi”, chegando e-mail [...]” (F).

E finalmente o terceiro elemento do processo de trabalho: a matéria sobre a qual o trabalho se desenvolve, o aluno<sup>6</sup>, que também mudou. Muitos encaram o docente, não como um educador ou facilitador do seu processo de aprendizagem, mas como aquele que

[...] está aqui para dar um serviço para eles, não entendem exatamente o que é estudar [...] Esse professor diz que muitas vezes se sente como se estivesse em “[...] um balcão de serviço, [...] a negação do que é o trabalho de ensino docente” (E).

O interesse maior não é aprender, mas ter acesso a um certificado que pode servir de passaporte para o mercado<sup>7</sup>.

Pinto (2012) afirma que todos os elementos do processo de trabalho estão sujeitos às configurações do estágio do capitalismo no qual estejam inseridos e à correlação de forças aí inscritas. Dentro de um contexto de mercantilização da educação e empresariamento da educação superior pública em um ambiente de lógica neoliberal e com uma gestão pautada no gerencialismo, o processo de trabalho aí desenvolvido também sofre mudanças, se intensifica e se extensifica, e pode provocar sofrimento psíquico aos professores e até adoecimento físico e mental.



[...] os professores que tem que fazer 54 coisas ao mesmo tempo. Ver a sala, ver o giz, ver o projetor, [...] atender telefone, de ser também secretário, além da carga administrativa, participar de reuniões [...] lançar notas no sistema infernal do século XVIII [...] então nada funciona corretamente, ele trava o tempo todo e outro elemento que somos nós, por exemplo, que instalamos o computador, a tomada, [...], tem que publicar, publicar [...] ou, por exemplo, o fato de ter que se organizar [...] um evento [...] (E).

### ***Relacionamento entre os pares***

Alguns dos depoentes relataram que o clima entre os pares na universidade era mais cordial antes do processo de mercantilização neoliberal e da adoção formal do gerencialismo. Na educação, a perseguição a qualquer custo da excelência e da meritocracia pode produzir um clima de competitividade entre toda a comunidade acadêmica, inclusive os docentes, que muitas das vezes estabelecem relações de rivalidade, seja por melhores condições de trabalho, por verbas de editais e até por maior reconhecimento na profissão: “[...] essas relações institucionais competitivas, essa fragmentação do nosso espaço [...] de convivência... [...] Todos bem fechados na sua sala, no seu grupo, na sua área [...]” (F).

Essa falta de apoio entre os pares nos remete ao que Autor (2011) colocou, citando Dejours (apud SZNELWAR; LANCMAN, 2004): “[...] temos um sofrimento que é causado pela organização do trabalho, mas que acaba por ser aprofundado pelos fracos laços que os trabalhadores estabelecem entre si [...]” (AUTOR, p. 40, 2011), o que permite o aprofundamento do sofrimento e até do adoecimento dos docentes.

A precarização das condições de trabalho acaba gerando um clima hostil na busca por solução, já que ocorre um desequilíbrio entre as áreas do saber e na distribuição dos recursos, em que, historicamente, as áreas das ciências naturais e exatas, que dão maior retorno ao capital, são priorizadas, e ciências sociais, humanas e sociais aplicadas são preteridas; o que só piora o clima interpessoal e entre as unidades.

Há ainda o clima de fiscalização que também se impõe: “[...] começou a surgir, nos últimos anos, um clima de fiscalização informal entre colegas [...]” (E), pois os docentes estão

preocupados com os indicadores de produtividade que lhes são exigidos pelas agências financiadoras de seus projetos de pesquisa e ficam temerosos em perder a bolsa, que acaba sendo uma complementação de renda diante das enormes perdas salariais registradas há décadas. Este panorama também pode afetar a saúde dos professores.

Alguns dos entrevistados apontaram que procuram integrar algum grupo de trabalho em suas unidades como forma de se protegerem deste clima de competição e fiscalização: “[...] eu enxergo que alguns colegas têm grupos que o abraçam, [...] têm artigos com nomes de todos eles; mas nem todos conseguem isto: [...] e eu não tenho essa história.” (C); e pagam um preço alto por isso, pois permanecem tensos e pressionados: “[...] Eu tenho psoríase e quando eu fico mais tensa eu fico [...] mais vermelha.” (C).

Por fim, outra consequência da exigência de alta produtividade é a deterioração da qualidade do que é produzido, pois para se manterem competitivos, com grande número de publicações, alguns docentes relataram que sabem que colegas “[...] têm o hábito de pegar um trabalho que você fez e [...] copiar, botar como se tivesse sido feito por ele.” (B). Luz (2005) afirma que o predomínio do produtivismo enquanto métrica de excelência, sem se importar com a qualidade, agrava mais ainda o isolamento e a hostilidade entre os docentes, o que comparece como mais um elemento causador de sofrimento e adoecimentos.

### *Intensificação do ritmo de trabalho docente*

Desde a adoção do gerencialismo como forma de garantir o desempenho necessário do empresariamento da educação pública superior, a rotina dos professores tem registrado um enorme aumento de atividades, produzindo o que muitos estudiosos chamam de produtivismo, o qual vem sendo responsabilizado pelo crescimento dos índices de adoecimento da categoria. Este fenômeno é complexo e o fator produtividade não é o único implicado, mas não há como negar que ele contribui, e muito.

A fala dos professores apontou que a intensificação estava presente até em unidades sem precarização de sua infraestrutura e onde as relações entre os pares eram mais cordiais, ou seja,

nos parece que ela está de forma estrutural na vida laboral do docente. Uma das docentes ouvidas afirmou ser impossível se livrar do que chamou de “[...] fábrica de Charles Chaplin [...]” (E), na qual se transformou a educação superior pública, ou em outras palavras, não há como se furtar da intensificação que acaba por suprimir o sentido do trabalho ali realizado.

Este processo marcou até os que apoiam o empresariamento da educação pública superior e o gerencialismo como forma de gestão. Uma docente afirmou que nunca se queixou do ritmo de trabalho, entretanto este ritmo acelerado não permitiu que se percebesse doente: “[...] tive câncer [...] foram quatro tumores terríveis, dois em cada seio, [...] Eu me descuidei muito, porque eu trabalhava tanto que eu levei dois anos e meio sem fazer mamografia.” (B). Ou seja, nos parece que o aumento da intensidade prejudica indistintamente a todos.

Temos ainda os depoimentos que denunciam a perda do sentido do trabalho, o que também pode frustrar e até adoecer o professor:

[...] eu tenho uma escolha por pesquisa, mas não consigo fazer [...] porque tenho as outras demandas e sou pressionada a fazer outras demandas. [...] mas me conformei que eu não vou ser uma [...] excelente pesquisadora porque eu não tenho saúde para isso (C).

Iasi (apud SILVA et al., 2013) afirma que na sociedade capitalista “[...] o trabalho rompe a unidade interna entre intencionalidade e ação, mas o corpo, não pode[ndo] fazê-lo, o resultado é o adoecimento e os riscos de danos físicos e mentais” (p. 54.); e Dejours (1994) complementa alertando que o sofrimento é proporcional à distância entre a história pessoal, na qual encontram-se as expectativas, projetos e desejos do trabalhador, e a organização do trabalho.

Rocha e Sarriera (2006) apontam que houve uma mudança no perfil de adoecimento do docente: hoje temos hipertensão arterial, doenças coronarianas, distúrbios mentais, estresse e câncer<sup>8</sup>, para citar algumas, diferente do que ocorria antes, quando problemas com voz e com as vias áreas superiores eram mais presentes.

Além de todo processo de intensificação do ritmo de trabalho, o professor ao sofrer e adoecer ainda pode ser culpabilizado e

responsabilizado por isto. No contexto universitário hoje marcado pela competição estrutural e pela meritocracia, o sofrimento psíquico e o adoecimento são encarados como fracasso: “[...] eu me vi sozinha num grupo. Eu via o grupo todo voltado contra mim, assim, me desqualificando, me destituindo, me responsabilizando... [...] Eu hoje sei o que é sofrimento...” (F).

Diante disso e das ameaças que rondam o trabalho atualmente, o trabalhador acaba optando por: “[...] uma atitude de fechamento em uma autonomia máxima [...] de silêncios frente à hierarquia superior e, às vezes, frente aos próprios colegas [...]”. É a ideologia do cada um por si. “É a individualização máxima do sofrimento no silêncio e sinal de que as defesas coletivas não são mais (tão) eficazes” (DEJOURS, 1994, p. 90). Talvez isto explique o baixo nível de notificações institucionais do adoecimento de professores no ensino público superior.

#### ***Produtivismo - indicadores de produtividade***

As universidades, ao se transformarem em organizações operacionais começaram a exigir e a cobrar indicadores de resultado e produtividade de seus docentes em um ritmo que, na maioria dos casos, não corresponde ao tempo necessário de produção de um determinado conhecimento e até de priorização do próprio docente. O *quantum* passou a ser a métrica para determinar o reconhecimento, o salário, inclusive a ascensão na carreira docente, como afirma Luz (2005). Um docente relata:

[...] você tem indicadores e eu acabo escolhendo algumas opções pessoais de atender bem ou estar disponível para o aluno... E não foco tanto número. E tenho até colocado aqui avisinhos [pequenos avisos]: ‘Você precisa de números, é o que vale... o que é cobrado: você tem números de publicações... você tem notas da CAPES, notas da... E você tem bolsa de produtividade’ (C).

Outro relata “[...] eu passei por um processo de descredenciamento da pós-graduação... [...] caí de nível. [...] não mantive a produtividade... Que é cada vez maior [...]” (F).

Exige-se hoje que os professores empreguem energia física, intelectual e emocional (DAL ROSSO, apud ANTUNES, 2013) para atingimento das metas, sem preocupação com as consequências na saúde física e mental dos mesmos! O adoecimento deles não



implica somente o próprio e sua família, mas tem rebatimentos em toda comunidade acadêmica e um custo social. Luz (2005) chama a atenção para o fato de que ao desenvolver seu trabalho junto à comunidade acadêmica, o docente interage com alunos, funcionários, entre outros que transitam na universidade, daí que o estresse vivido pelo professor não fica restrito somente a si próprio, pois todos que com ele interagem acabam também sofrendo as consequências.

O adoecimento e o sofrimento psíquico dos docentes são fenômenos complexos como já pontuamos, assim como também não nos opomos à existência de prazos, metas e avaliações, muito menos defendemos a desresponsabilização do docente e da Academia diante da sociedade e do uso fundo público, entretanto devemos alertar que a lógica como tudo isto está se materializando na vida dos professores de ensino superior público tem causado danos muitas vezes irreparáveis na vida e saúde dos professores.

Mesmo que os docentes ouvidos tenham usado estratégias individuais para enfrentar seu sofrimento e adoecimento, a instituição, o movimento organizado e o Estado não podem secundarizar e esquecer que as formas coletivas de lidar com isso são relevantes conforme Dejours: “[...] A proteção da saúde mental não depende apenas do talento de cada indivíduo [...], passa também pelas ‘estratégias coletivas de defesa’, que desempenham um papel relevante [...]” (apud SZNELWAR; LANCMAN, 2004, p. 17).

### Conclusão

Estabelecer uma relação entre o adoecimento dos docentes da educação superior pública e seu trabalho é dificultado por alguns fatores, entre os quais podemos citar a complexidade que envolve o fenômeno, que pode implicar também dimensões individuais, mas há outros dois que são próprios dos docentes: o primeiro é o nexa causal entre trabalho e adoecimento e/ou sofrimento psíquico não ser direto nem igual para todos; pois segundo Alves, recorrendo à teorização lukácsiana, a despeito da “[...] exteriorização da interioridade” ocorrer sobre bases idênticas, quais sejam, as mesmas condições de trabalho e exploração, “[...] não significa que as reações subjetivas sejam as mesmas [...]” (ALVES, apud SILVA et al., 2013, p. 43). Isto é, nem sempre





professores submetidos às mesmas condições adoecem, mesmo que a maioria absoluta deles sofra.

E o segundo fator é a invisibilidade deste processo, pois ele é subnotificado, na medida em que os professores dificilmente pedem afastamento por doença, corroborando o que ouvimos certa vez no setor que cuida da saúde do trabalhador da maior universidade do país: “professor não adoecem, morre.” Isto é muito sério, pois mesmo que o docente se defenda da discriminação que sofre no ambiente acadêmico por ter adoecido, escondendo seu adoecimento, esta atitude por outro lado, não produz dados que podem nortear debates internos e até reivindicar políticas institucionais e públicas de proteção à sua saúde.

[...] Nada disso se torna coletivo nem institucional né? E aí eu fico me perguntando o que que bloqueia os professores [...] a própria universidade é um ambiente elitista, arrogante, [...] e nesse sistema competitivo então, eu acho que, para o professor admitir que ele está fragilizado, que ele está deprimido, que ele está doente, isso é um sinal de fraqueza, entendeu? [...] E fora que ele não encontra entre os seus pares uma pessoa que o acolha, né? Até porque o par dele acaba disputando com ele e ele se sente mais vulnerável, então dificulta. [...] (F).

A competitividade estrutural, a falta de condições para trabalhar, o produtivismo e as metas externamente impostas são apenas alguns dentre outros elementos que passaram a forjar o cotidiano dos professores desde o momento em que a educação adquiriu um papel de destaque para o capital, seja para realização de lucro, no setor privado, seja na valorização do capital, no setor público.

Os elementos que apresentamos não têm a pretensão de serem representativos de todo o universo acadêmico, nem da educação superior pública; seus dados não podem ser generalizados, contudo o conteúdo das entrevistas divulgadas neste artigo nos aponta que algo muito grave está acontecendo na saúde e na vida dos docentes. Os depoimentos colhidos parecem-nos mostrar que a ponta de um iceberg foi exposta, o que não se pode nem se deve ignorar, muito menos secundarizar.

Novos estudos e pesquisas são necessários para mostrar que esse fenômeno não é isolado ou individual, mas difuso. Novas investigações podem fortalecer o movimento organizado dos



professores e auxiliar os órgãos de gestão de recursos humanos e do setor de saúde do trabalhador das universidades públicas.

Jardim (2001, apud AUTOR, 2012) completa:

[...] a dor é de cada trabalhador e somente cada um pode responder por ela. Por sua vez, há responsabilidade social, de fato [...] Eticamente, [...] cabe à organização do trabalho [...] responder não pela dor, mas pelos danos causados, assumir parte da perda sofrida [...].

### Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. RJ: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. SP: Boitempo, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. SP: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_; PRAUN, Luci. *A sociedade dos adoecimentos no trabalho*. Revista Serviço Social e Sociedade. SP: n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.
- ARAÚJO, T. M. et al. *Mal-estar docente: avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior*. Revista Baiana de Saúde Pública, 6-21, 2005.
- AUTOR. *A organização do trabalho, o neoliberalismo e o sofrimento no trabalho. Há alguma relação entre eles?* In: PUBLICATIO UEPG: Ciências Sociais Aplicadas / UEPG, v.1, n.1, Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho docente carreira doente: a privatização, a lógica produtivista e a mercantilização na e da educação e seus efeitos sobre os docentes*. Revista Educação por Escrito - PUCRS, v.3, n.1, jul. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho docente, carreira doente: elementos que impactam a saúde mental dos docentes da UFRJ - Estudo de casos*, RJ: UFRJ, ESS, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Nova morfologia do trabalho, crise do sindicalismo e emancipação humana na contemporaneidade*. Revista SER Social, Brasília, v. 18, n. 38, p. 220-241, jan. – jun./2016.
- AUTOR; LOPES, A. S. *Trabalho docente, trabalho indecente: as mudanças ocorridas na educação superior pública e os impactos na vida dos professores – Um estudo de casos sobre*

- mortes de docentes em exercício.* In: XVI Encontro Nacional da ABET, Anais do encontro, Salvador, 2019.
- BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia.* 1995. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/274211468321262162/La-ensenanza-superior-las-lecciones-derivadas-de-la-experiencia>>. Acesso em: 01/08/18.
- BOSI, A. P. *A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos.* Educação e Sociedade, Campinas, vol.28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez., 2007.
- BRASIL. *LEI Nº 12.772, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.* Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm)>. Acesso em: 01/06/14.
- \_\_\_\_\_. *ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE 2013.* Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/aeps-2013-secao-i-beneficios-subsecao-a/>>. Acesso em: 22/11/14.
- CARVALHO, H.T.T.K. Professora primária: amor de dor. In: Codo, W. e Sampaio, J.J.C. (Org.). *Sofrimento psíquico nas organizações: saúde mental e trabalho.* Petrópolis: Vozes, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a Universidade.* SP: Editora UNESP, 2001.
- DEJOURS, Christophe. *A psicodinâmica do trabalho.* SP: Atlas, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A banalização da injustiça social.* RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- FISCHER, Gustave-N. *Psicologia Social Ambiental.* Portugal: Instituto Piaget, 1994.
- FLINT, M. S.; BAUM, A.; CHAMBERS, W. H.; JENKINS, F. J. *Induction of DNA damage, alteration of DNA repair and transcriptional activation by stress hormones.* In: PubMed.gov. US National Library of Medicine National Institutes of Health. April, 2007. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17459596>>. Acesso em: 10/08/18.
- FONTES, Virgínia. *A subordinação do Trabalho ao capital: contradições e desafios.* SP: Editora Expressão Popular, 2017.
- GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. *O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde.* Educação e Pesquisa, SP, v.31, n.2, p. 189-199, maio/ago., 2005.

- LEITE, D.; BRAGA, et al. *A avaliação institucional e os desafios da formação do docente na universidade pós-moderna*. In: MASETTO (Org.). *Docência na universidade*. SP: Papirus, 2003.
- LOURENÇO, Edivânia; NAVARRO, Vera e outros (Org.). *O Averso do Trabalho II*. SP: Editora Expressão Popular, 2010.
- LUZ, Madel Teixeira. *Prometeu Acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica*. *Revista Saúde Coletiva*, RJ, 15, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312005000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312005000100003)>. Acesso em: 20/03/12.
- MANCIBO, D. *Trabalho docente: subjetividade, sobre implicação e prazer*. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 20, n. 1, p. 74-80, 2007.
- MARX, Karl. *O Capital - O processo de produção do capital*. Livro 1, vol. 1. RJ: Civilização Brasileira, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Capítulo VI - Inédito d'O Capital*. SP: Centauro Editora, 2004a.
- MINAYO, Maria Cecília de Sousa. (Org.). *O desafio do conhecimento*. RJ: Editora Hucitec-Abrasco, 1994.
- PINTO, Marina Barbosa. *Precarização do Trabalho Docente: competitividade e fim do trabalho coletivo*. In: *Serviço Social e Educação, Coletânea Nova do Serviço Social*. RJ: Lumen Juris, 2012.
- ROCHA, K. B.; SARRIERA, J. C. *Saúde Percebida em Professores Universitários de Ensino Particular: Gênero, Religião e Condições de Trabalho*. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2006.
- SILVA, José Fernando, et al. (Org.). *Serviço Social e Sociabilidade Burguesa*. RJ: Ed. Lumen Juris, 2013.
- SZNELWAR, Laerte I.; LANCMAN, Selma (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. RJ: Ed. Fiocruz, 2004.
- YIN, Robert K. *Estudo de Caso - Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2001.

### Notas

1 Marx, no Capítulo VI Inédito do Capital (2004a), escrito no século XIX, já apontava para a tendência e necessidade do capitalismo de transformar produtos sociais em mercadorias e que o seu desenvolvimento e o conseqüente barateamento das mercadorias produzidas colocariam a necessidade da contínua expansão do mercado. [voltar]

2 Em 2019 este cenário se agravou com o contingenciamento de quase 50% das verbas destinadas às IFES, que vêm enfrentando um desinvestimento estrutural desde 2002. Sem falar nos cortes que as bolsas de pesquisa sofreram. [voltar]

3 Em 1995 o Banco Mundial divulgou um Relatório intitulado “La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia”, no qual traçou um extenso diagnóstico acerca da educação superior em países periféricos e emergentes, entre eles o Brasil, em que anunciou a existência de uma crise sem precedentes, para a qual apontou como única saída o aumento da presença da iniciativa privada neste nível da educação. [voltar]

4 Em 2019 o Governo lançou o programa Future-se, que aprofundou esta proposta. [voltar]

5 Inseridas na carreira docente a partir da Lei Federal 12.772 de 28/12/2012. [voltar]

6 Só estamos considerando “matéria” para fins analíticos, pois não negamos seu papel de sujeito de seu processo de aprendizado, mas a educação intenta promover mudança nele, ou seja, o aluno não sai da formação da mesma forma que entrou. [voltar]

7 Alguns autores têm chamado isso de certificação em larga escala. Na esfera privada é também conhecido como venda de certificação, pois o que menos interessa é a qualidade da formação. [voltar]

8 Foi feita uma pesquisa em uma universidade pública, entre os anos de 2016 e 2018, na qual se verificou que entre os professores em atividade que vieram a óbito havia um número significativo deles com câncer (AUTOR; LOPES, 2019). Flint et al., (2017) e outros pesquisadores dão conta que situações de estresse podem levar ao aumento da transformação celular que pode causar câncer. [voltar]



Este número da Revista Praia Vermelha foi projetado e diagramado em abril e maio de 2020 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).